



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
COORDENAÇÃO DE PESQUISA

PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA VOLUNTÁRIA – PICVOL

**FILOSOFIA,  
CETICISMO E VIDA  
COMUM EM DAVID  
HUME**

**FILOSOFIA,  
EPISTEMOLOGIA E  
VIDA COMUM EM  
DAVID HUME**

Relatório Final  
Período da bolsa: de (setembro de 2022) a (agosto de 2023)

Este projeto é desenvolvido com bolsa de iniciação científica

PICVOL

Orientador: Marcos Fonseca Ribeiro Balieiro

Autor: José Alcides Hora Neto

# SUMÁRIO

## 1. Introdução

Durante a nossa pesquisa, nos dedicamos a estudar a obra de Hume com o objetivo de entender de que modo a sua teoria do conhecimento se relaciona com a vida comum. Diferente de muitos filósofos da sua época, Hume se caracteriza por definir certos limites para as investigações científicas que visam buscar a verdade. Tendo em vista a falibilidade dos poderes da razão, além da tendência da fantasia a alçar vôos descontrolados demais ao trafegar pelos assuntos da metafísica, Hume entendeu que era imprescindível que o mundo erudito se dedicasse com afinco ao estudo da natureza humana, a qual ele considera a única ciência do homem, para que fosse possível elaborar teorias rigorosas capazes de resistir à prova do tempo.

Após enfrentar uma melancólica encruzilhada cética que quase o fez abrir mão da filosofia, Hume percebe que, por mais que tente abandoná-lá, jamais será capaz de não nutrir curiosidade sobre assuntos como a natureza do bem e do mal, do poder político, da beleza das artes e etc, de modo que a filosofia se caracteriza sobretudo como uma atividade humana. É imprescindível, então, que o filósofo se entenda também como um ser social e que participe do mundo o qual tenta desvendar.

Nesse sentido, a filosofia de Hume é marcada por uma forte crítica a um modelo de filosofia encastelada que, inclusive, mancha a reputação deste saber aos olhos do homem comum. Ele defende que existem três visões de mundo distintas: a do verdadeiro filósofo, a do falso filósofo e a do homem comum. O grande objetivo de Hume, sobretudo na *Conclusão* do Livro I do *Tratado*, é fornecer aos seus pares pensadores uma dose da *mistura terrena e grosseira* que caracteriza a sua filosofia para elevar os falsos ao patamar de verdadeiro filósofo. Contudo, com a publicação das *Investigações*, é notável que o público alvo de Hume se amplia numa tentativa de contribuir cada vez mais com a formação do homem comum. Além disso, esta obra nos possibilita entender mais nitidamente qual é a concepção cética que Hume preconiza como valiosa.

## 2. Objetivos

### 2.1 Objetivo Geral

Compreender a teoria do conhecimento de David Hume e o modo como tendências ceticistas e naturalistas se resolvem em uma filosofia que se legitima ao desvendar os assuntos da vida comum à luz dos princípios da natureza humana.

## 2.2 Objetivos Específicos

- Compreender a Epistemologia humiana no Livro I do *Tratado da Natureza Humana*.
- Compreender de que modo a vida comum propicia a base sobre a qual o filósofo pode desenvolver o seu pensamento a partir da encruzilhada cética na *Conclusão* do Livro I do *Tratado da Natureza Humana*.
- Compreender a mudança de estilo e público alvo que se observa na obra de Hume com a publicação das *Investigações*.
- Compreender as tendências naturalistas e ceticistas da teoria do conhecimento de Hume.

## 3. Metodologia

Nossa pesquisa foi marcada pela abordagem bibliográfica de caráter reflexivo, tendo como eixo fundamental a leitura estrutural das duas principais obras de Hume, a saber, o *Tratado* e as *Investigações*. Além disso, nos dedicamos à bibliografia secundária recomendada pelo orientador, notadamente uma série de artigos de comentadores consagrados que auxiliaram bastante na compreensão das nuances do tema da pesquisa.

Durante as reuniões com o orientador, foram destacados os pontos da pesquisa que careciam de maior atenção, além de propiciar a elucidação de como os diferentes pontos das obras conversam entre si e garantem a unidade do tema da pesquisa. Além disso, o orientador propôs um roteiro de produção que se revelou muito valioso para a consolidação da pesquisa e sua posterior divulgação em eventos científicos.

## 4. Resultados e discussões

Um dos traços mais importantes da epistemologia de Hume é a tentativa de explicar o modo como o pensamento humano se estrutura sem evocar nenhum princípio metafísico ou transcendente. Esta é uma marca do seu pensamento que o aproxima de uma concepção naturalista do conhecimento. Para o escocês, existem apenas dois tipos de percepções da mente humana, sendo que, no final das contas, essas percepções distintas nem são tão diferentes assim. Entre *impressões* e *ideias*, a diferença que se nota é somente no grau de força e vividez com

que elas atingem a mente. As impressões vêm primeiro e são mais vívidas que as ideias, de tal sorte que estas podem ser consideradas as “pálidas imagens” daquelas. Nesse sentido, a primeira proposição geral que Hume estabelece no *TNH* é que “*todas as ideias simples, em sua primeira aparição, derivam de impressões simples, que lhes correspondem e que elas representam com exatidão.*” (HUME, 2009, p.28)

O interessante é que este princípio, geralmente identificado como o *princípio da cópia*, não possibilita apenas uma visão naturalista do pensamento humiano. Na verdade, a partindo desse ponto, abre-se caminho também para interpretações céticas da filosofia de Hume. Uma possibilidade é entender o pensamento humiano sob o prisma de que o princípio da cópia solapa diversos conceitos metafísicos ao procurar (e não achar) a impressão da qual tais conceitos derivam, acarretando numa tendência destrutiva do conhecimento e portanto numa concepção cética. Outra possibilidade, como já sugerimos, é identificar que tal princípio se estrutura no pensamento humiano a partir do seu naturalismo metodológico, que, tendo como fundamento a experiência sensível, desbrava os princípios psicológicos que nos levam a crer em certas opiniões.

Essas vias de interpretação da obra humiana são bem explicadas por Jaimir Conte, um consagrado comentador do filósofo escocês, no seu artigo *A natureza da filosofia de Hume*, de 2010. Ali, o autor explicita os principais argumentos que sustentam as distintas vertentes, além de defender que, no final, trata-se de duas faces da mesma filosofia.

Para entendermos melhor a epistemologia humiana, então, vale a pena verificarmos como o fenômeno da crença é explicado no *TNH*. Hume entende que a diferença entre uma opinião que não acreditamos e uma opinião que acreditamos é que, quando cremos em algo, concebemos essa ideia de uma *maneira* diferente: ela possui mais vividez e força do que uma ideia que não acreditamos. Explico: é mais natural, ao acender um isqueiro, acreditarmos que ele vai produzir fogo, e não que ele vai causar uma avalanche que vai acabar com o mundo. As duas ideias são igualmente concebíveis, só que a tese do fogo é mais vívida e forte, porque eu acredito nela. Assim, é uma certa sensação que a mente experimenta que caracteriza a crença. A definição não vai muito além disso, e Hume admite que trata-se de uma tese difícil de ser apresentada em outros termos. Mas é isso que está em questão: essa sensação [*feeling*] ou maneira de se conceber, é a crença, um “termo que todos compreendem suficientemente na vida comum. E, na filosofia, não podemos ir além da afirmação de que a crença é algo *sentido* pela mente, que permite distinguir as ideias do juízo das ficções da imaginação.” (HUME, 2009, p.127)

Devemos concluir, portanto, que Hume entende que “*a crença é mais propriamente um ato da parte sensitiva que da parte cogitativa de nossa natureza.*” (HUME, 2009, p.217). É por isso que Jaimir Conte ressalta que na epistemologia humiana o conhecimento não é racional, ou seja, ele não depende fundamentalmente da comparação de ideias e da deliberação, já que as crenças, na verdade, são naturais e inevitáveis.<sup>1</sup> É bem evidente, então, que Hume enfraqueceu bastante o papel da razão na sua epistemologia, mas isso é porque a razão costumava ser tratada como uma centelha divina. Não é o caso que Hume deve ser considerado, então, um irracionalista, pois a razão ainda possui um papel na sua teoria, ainda que seja subordinado. Nesse sentido, João Paulo Monteiro, outro estudioso da obra humiana, afirma que com certeza Hume “desentroniza”<sup>2</sup> a razão ao mostrar que o conhecimento não é demonstrativo e ao ressaltar a importância do hábito no estabelecimento da crença. Mas, apesar de ter deslocado a razão do seu papel tradicional, Hume não deixa de defender que “a razão pode nos levar a refinar nossas regras e procedimentos indutivos e, à sua luz, criticar e às vezes rejeitar ideias em que podemos ser naturalmente inclinados a acreditar.” (CONTE, p.23).

Dito isso, apesar de ser pertinente destacar que a razão não é excluída inteiramente na epistemologia humiana, para entender este filósofo é ainda mais importante deixar claro que, na sua teoria do conhecimento, o modo como fazemos inferências de causa e efeito é determinado pelo hábito, um conceito que detalharemos muito em breve. Assim, nos termos explicitados numa seção do *TNH* chamada *Da razão dos animais*, aprendemos que “a razão não é senão um maravilhoso e ininteligível instinto de nossas almas, que nos conduz por uma certa sequência de ideias, conferindo-lhes qualidades particulares em virtude de situações e relações particulares.” (HUME, 2009, p.212). A razão também chega a ser considerada uma espécie de causa cujo efeito natural é a verdade, mas o problema inescapável é que ela, isolada, não consegue sustentar a convicção necessária para assegurar o conhecimento, pois ocorre uma disputa de correlação de forças entre ela e outras causas, sem falar na inconstância dos nossos poderes mentais, que faz com que mal saibamos o que almoçamos na segunda-feira da semana passada. É por isso que Hume conclui aquilo que já indicamos anteriormente: todo conhecimento degenera em probabilidade e a razão só tem direito de atuar sobre nós quando é vívida e se combina com alguma propensão.

Com efeito, Hume insiste que nossas crenças se explicam por meio do costume, um conceito que significa “tudo aquilo que procede de uma repetição passada sem nenhum novo raciocínio ou conclusão” (HUME, 2009, p.133). Por conta do costume, este princípio da

---

<sup>1</sup> CONTE, 2010, p.17.

<sup>2</sup> MONTEIRO, 2009, p.45

natureza que determina a mente, nos habituamos a concluir que a conjunção constante de certas impressões leva a um resultado determinado e consideramos a ideia consequente de maneira mais vívida. Ou seja, se todas as vezes que eu acendi um isqueiro abastecido veio o fogo, eu tendo a acreditar que da próxima vez que eu acender o isqueiro, vai vir o fogo. Devemos entender, então, que o costume e a repetição são a origem de toda crença e raciocínio na filosofia humana, sendo eles os responsáveis por fazer com que a mente entenda quase que inequivocamente que certos objetos sempre são conjugados juntos e nunca de uma forma completamente diferente. Portanto, não é a razão que determina o pensamento quando, na transição de uma impressão para uma ideia, somos levados a conceber um objeto de um certo modo. O motor que determina o pensamento nessas ocasiões é o costume, motivo pelo qual é possível entender que Hume é cético em relação à razão.

Nesse sentido, é importante ressaltar que o ceticismo de Hume deve ser entendido como uma atitude de suspensão do juízo acerca daquilo que não pode ser fundamentado ontologicamente. Como ele já havia indicado desde a *Introdução*, a postura correta é sossegar ao nos darmos conta que atingimos o limite máximo da razão humana. Trata-se de encontrar satisfação na ignorância ao perceber que “não somos capazes de indicar nenhuma razão para nossos princípios mais gerais e sutis, além de nossa experiência de sua realidade - experiência que é a razão do vulgo, e que inicialmente não requereu nenhum estudo para ser descoberta.” (HUME, 2009, p.23). E nesse ponto podemos notar a forma como a verdadeira filosofia se coaduna com a visão de mundo do vulgo: a crença, ao nos fazer conceber ideias de maneira mais vívida do que as ficções, nos garante a tal “experiência da realidade” dos princípios que utilizamos na nossa vida comum. Significa dizer, portanto, que a natureza, na medida em que justifica (coisa que a razão não faz) conclusões embasadas na experiência, aproxima o verdadeiro filósofo e o homem comum, já que o ponto de vista do qual eles partem é o mesmo: o conhecimento assegurado por um princípio instintivo<sup>3</sup>. Vejamos agora como se articulam as opiniões do homem comum, do falso filósofo e do verdadeiro filósofo.

No caso, a opinião do homem comum é que tudo que os seus sentidos contemplam no mundo continua a existir mesmo que ele não esteja lá para atestar. Ou seja, o mundo exterior possui uma existência independente da sua. Para Hume, essa é uma opinião inteiramente irracional que só pode ser fruto da imaginação. No entanto, podemos compreender essa opinião se levarmos em conta a transição fácil que ocorre na imaginação ao contemplar ideias que lhe parecem constantes e coerente, de tal sorte que essa opinião torna-se muito natural, o que explica o fato de toda a parte não filosófica da humanidade pensar assim, inclusive os filósofos

---

<sup>3</sup> BALIEIRO, 2009, p.151.

durante boa parte de sua vida. O problema da opinião do vulgo é que ela tem que admitir que os objetos se apresentam a nós de maneira descontínua ao longo do tempo, tornando necessário concluir que as aparições não são idênticas, mas tão somente semelhantes. Notando essa contradição, a imaginação, perplexa, desenvolve uma propensão a “unir essas aparições fragmentadas mediante a ficção de uma existência contínua.” (HUME, 2009, p.238).

A opinião do falso filósofo consegue remediar um paliativo para esse problema. Trata-se de uma opinião um tanto diferenciada, marcada pela doutrina da dupla existência. Significa admitir que existem duas entidades distintas: as percepções e os objetos, que diferenciam-se pelo caráter da sua existência. Tais filósofos entendem que as percepções são a representação dos objetos no nosso pensamento, de modo que preserva-se a conclusão correta de que não existe uma continuidade entre elas ao longo do tempo. Assim, a percepção que eu tive da mesa do meu quarto hoje de manhã é diferente da percepção que eu terei ao contemplá-la durante a noite. O ponto é que, para eles, o objeto mesa, independente da contemplação de uma pessoa, continua existindo ininterruptamente, ou seja, eles compartilham da mesma opinião do homem comum nesse ponto. Desse modo, a falsa filosofia apresenta um paliativo à visão do vulgo, sustentando a continuidade da existência dos objetos ao passo em que admite a descontinuidade das percepções.

O problema da opinião do falso filósofo é que ela não leva até às últimas consequências as conclusões que a filosofia permite atingir, justamente porque, desde o início, ele já está convencido de que os objetos devem existir ininterruptamente. O que ele faz, então, é arranjar um pretexto para justificar aquilo que de saída ele já acreditava. Ao elaborar a tese da dupla existência, ele consegue satisfazer, mesmo que parcialmente, a razão, que indica a descontinuidade das percepções, e a imaginação, que desenvolve a ficção da existência contínua dos objetos. A diferença é entre o falso filósofo e o vulgo, então, é que, apesar de no final acreditarem na mesma coisa, na existência contínua, um precisa elaborar toda uma filosofia para se tranquilizar de que pode acreditar nisso, e o outro o faz naturalmente por conta das suas propensões. Mas as suas opiniões apresentam uma similaridade tão considerável que torna-se muito conveniente para o falso filósofo viver a sua vida, ao sair do gabinete de estudos, tal qual o homem comum, como se não houvesse nenhum mistério acerca da realidade das coisas.

O falso filósofo deveria, assim como opina acerca da dependência das percepções, admitir a descontinuidade também dos objetos, uma vez que não é razoável admitir uma relação de causa e efeito entre objetos e percepções, já que essa relação deriva unicamente da experiência e é evidente que as únicas existências que se apresentam à mente humana são as percepções. Por causa disso, Hume denuncia que esse tipo de sistema filosófico não tem

nenhum alicerce, seja na razão ou na imaginação, de modo que só influencia a imaginação por conta da propensão natural, presente já na opinião do vulgo, a admitir uma existência contínua do mundo exterior. Portanto, esses dois sistemas, por mais que sejam contrários, se conectam de uma forma muito curiosa.

Devemos entender, então, que o desconforto do falso filósofo com a contradição que é ter que admitir a descontinuidade do mundo exterior, algo que é sim bastante contra-intuitivo, o faz adotar princípios contrários ao mesmo tempo, numa tentativa de satisfazer tanto a razão quanto a imaginação. Não é exagero, nesse sentido, acusar esse sistema de ser o fruto monstruoso dos princípios gerais do entendimento com as sugestões triviais da fantasia. É uma ficção que se consolida após a luta irreconciliável entre natureza e razão, partindo da situação intermediária da mente que não sossega enquanto não encontrar um pretexto para pôr uma trégua a essa batalha. O falso filósofo, portanto, é alguém que nega e concorda com o vulgo ao mesmo tempo e se conforta usando termos que nada significam como se significassem algo, até que atingem a indiferença que o homem comum, por sua estupidez, e o verdadeiro filósofo, por seu ceticismo moderado, já haviam atingido.

Tendo em vista essa luta irreconciliável entre a razão e a fantasia, Hume analisa se aquele procedimento que estava o guiando é verdadeiramente confiável. Afinal, é correto ter tanta fé nos sentidos e nas propensões naturais que nos levam a aderir de maneira fácil a opiniões simples e próximas? Ora, de fato, já parece ser impossível defender o entendimento ou os sentidos, pois eles, isolados, nos conduzem a opiniões que, depois de uma reflexão, se mostram contraditórias e incorretas. A tensão que vai se desenhando, então, é sobre quais princípios adotar e como se ter convicção de que podemos confiar nesses princípios. Nesse sentido, a opinião do verdadeiro filósofo se caracteriza justamente por desvendar as inclinações que merecem assentimento daquelas que não merecem.

O verdadeiro filósofo reconhece que a opinião da existência contínua de um mundo exterior é “contrária à mais clara experiência”<sup>4</sup>. No caso, a verdadeira filosofia tem a cautela de impedir os voos exagerados da imaginação que são o veneno do falso filósofo, e admite que tudo o que podemos atestar é a existência das percepções, “que, por estarem imediatamente presentes a nós pela consciência, exigem nosso mais forte assentimento, sendo o primeiro fundamento de todas as nossas conclusões.” (HUME, 2009, p.245). Temos que tratar de maneira diferente, então, opiniões que se impõem naturalmente e garantem a coerência das nossas conclusões experimentais, daquelas que não são verdadeiramente inevitáveis e não

---

<sup>4</sup> HUME, 2009, p.243.

servem para nada nem na vida comum, nem nas ciências. As primeiras opiniões merecem fazer parte da filosofia, as últimas não.

## 5. Conclusões

Vale a pena, agora, fazermos algumas considerações acerca da conclusão do Livro 1 do *Tratado*, tendo em vista como a epistemologia humiana se consolida aqui. Depois, mostraremos como se dá a mudança de paradigma com as *Investigações*.

Enfim, revisitando todo o percurso que fizera até então e analisando o arsenal teórico que a sua filosofia proporciona, Hume passa por maus bocados ao notar a situação em que se encontra. De náufrago a monstro, o nosso filósofo enfrenta um estado de melancolia e delírio filosófico e reconhece que, diante do exame minucioso que empreendeu até então, as únicas coisas que garantem o mínimo de conhecimento são a crença e hábito, que fixam na mente uma propensão a aderir a certas conclusões. Ou seja, somente aqueles princípios irresistíveis são dignos de confiança, mas seria isso o suficiente para ser consagrado com o glorioso título de filósofo? Afinal de contas, por mais que tenha sido cuidadoso na sua investigação, Hume não pode negar que, no que se refere aos assuntos que despertam mais intensamente a curiosidade humana, ele deixou claro que não poderia fornecer respostas. É o caso de se perguntar em que medida uma filosofia que postula que a conexão última entre a causa e o efeito não está no mundo exterior, mas somente em nós, por ser nada além de uma determinação da mente, realmente é satisfatória como teoria do conhecimento. A partir de problemas como esse, começa a se desenhar uma dialética que acaba por elucidar as nuances da verdadeira filosofia.

Hume atesta, contudo, que todas essas preocupações que lhe perturbam só possuem força para causar assentimento enquanto ele está ali concentrado nos seus estudos. É só levantar do seu gabinete um pouquinho e ir na praça jogar um gamão com os amigos que a melancolia passa. Mas a questão é a seguinte: não é possível fugir dos problemas filosóficos para sempre, pois todo jogo de gamão tem seu fim. Há de se questionar seriamente, então, o que se fazer diante do seguinte dilema: não podemos assentir a todas as sugestões triviais da fantasia, sob a pena de não termos nenhum critério para a ciência, nem simplesmente confiar cegamente nas proposições mais gerais do entendimento, uma vez que, como já deve ter ficado claro, a razão demonstrativa acaba por subverter a si mesma e se torna ceticismo, eliminando toda evidência seja da filosofia ou da vida comum. Finalmente, que decisão tomar?

Não custa lembrar que a razão isolada, incapaz de salvar a si mesma, só escapa da sua autodestruição por conta da ajuda da natureza, que trata de estabelecer em nós uma propensão a guiar nosso pensamento facilmente diante de coisas simples ou próximas. Mas não pode ser

só isso que restou para a ciência, pois, se ela tivesse que se reduzir à opinião do vulgo, não precisaria nem de um nome diferente. Com efeito, o problema epistemológico que Hume enfrenta é decidir o que é melhor: se guiar por uma razão imperfeita, ou por razão nenhuma? Uma pergunta delicada, que poucos tiveram até então o devido cuidado para responder. Talvez fosse mais fácil esquecer de problemas como esse, já que, até então, o que parece é que reflexões super refinadas como essa não são capazes de realmente influenciar a mente humana.

Mas as aparências enganam. Completamente envolvido na sua própria filosofia, Hume pôde entender que o que diferencia o remédio do veneno é a dose. De tanto dar atenção às suas ideias, tentando ser coerente e extrair as últimas consequências daqueles raciocínios, o delírio filosófico de Hume foi capaz de alçar ideias ao patamar de impressões, conferindo a elas tanta força que, ainda que de maneira instável, provocam o assentimento da mente humana. A melancolia que ele diz sentir, então, não é mera retórica, mas o resultado inescapável de uma filosofia solitária que deflagra que, sim, princípios epistemológicos podem sacudir o estado de espírito daquele que se propõe a pensar. A filosofia de Hume, então, deve muitos agradecimentos à natureza, pois não seria somente no plano dos estudos que ela o deixaria num estado deplorável, mas também na sua vida comum.

Diante dessa péssima situação, Hume se pergunta: vale mesmo a pena se dedicar a estudos como esse? Como quem caminhou por um vasto campo até se deparar com um precipício, é chegado o momento em que é preciso avaliar se realmente aquele é o caminho a se tomar. Hume chega até mesmo a considerar a possibilidade de jogar os seus livros de filosofia no fogo em prol de uma determinação à vida. Talvez fosse o caso de se ocupar somente com coisas agradáveis e resistir à possível tentação de retomar os estudos filosóficos, já que foi por conta dessa atividade que ele acabou num estado deplorável. Aqui, o estado mental que toma conta de Hume não é mais o delírio filosófico, mas uma certa indolência.

Nesse ponto, que é importante dentro do processo de reviravolta do sentimento sobre o entendimento<sup>5</sup>, as crenças voltam a se impor àqueles raciocínios que só ganharam tamanha força por conta do delírio que fez Hume considerar a si mesmo um monstro. Parece, então, que é melhor não desperdiçar o precioso tempo de que dispõe numa atividade que, ao que tudo indica, o deixará mal. Ele sugere, então, que se é pra ser insensato, como todos são, é melhor que a sua falta de bom senso seja direcionada a coisas naturais e agradáveis. O ponto da argumentação humiana nesse momento da conclusão do Livro 1 do *Tratado* é mostrar que o movimento de reengajamento com a filosofia passa por momentos específicos do estado de espírito do filósofo. Então, é importante notar que Hume, antes de voltar a se dedicar à filosofia,

---

<sup>5</sup> CAMPELO, 2018, p.39.

opta por um período de abandono momentâneo que é responsável por reequilibrar os seus humores. Entretanto, mesmo após o término do delírio filosófico, os fantasmas do sofrimento melancólico permanecem à espreita, fazendo com que o pensador se irrite até por ouvir falar em filosofia.

Nosso filósofo aceita, então, que não há escolha senão se entregar à propensão que os sentidos impõem à mente e ao entendimento; atitude essa que deflagra ainda mais explicitamente o ceticismo humiano. A filosofia, derrotada, só poderia ganhar força novamente pelo despertar de um bom humor capaz de trazer de volta a seriedade para retornar aos seus raciocínios, pois, se dependesse da sua capacidade de provocar convicção, não haveria sequer disputa. O ceticismo permanece, assim, como uma constante na vida, sendo o hábito e a crença os responsáveis por nossos pensamentos no cotidiano. A incerteza que prevalece, portanto, determina que a razão jamais pode decidir sozinha sobre qualquer assunto: ela só vai ser levada em conta quando combinada com uma propensão.

Assim, vivendo uma vida normal e se tornando mais sociável, inclusive jogando gamão com os amigos, o bom humor de Hume retorna; bom humor esse que traz consigo implicações importantes para o surgimento de uma filosofia repaginada, que virá a ser caracterizada como a verdadeira filosofia. Depois de uma boa jogatina, chega o momento de deitar na cama e refletir sobre a vida antes de dormir. E é aí que a mente daquela pessoa que realmente *gosta* de filosofia não consegue simplesmente desligar. Nesses devaneios privados, renasce a curiosidade acerca dos problemas da política, da arte e até mesmo do conhecimento. O que fazer nesse momento? Simplesmente se recusar a pensar sobre esses assuntos? Mas isso seria quase que uma violência contra si mesmo: seria perder no âmbito do prazer.

O verdadeiro filósofo, então, é uma pessoa que vai filosofar simplesmente porque é motivado por uma propensão natural para isso. E não, ele não vai tentar mais desvendar os mistérios últimos da metafísica, pois o ceticismo que o guia já atestou que não é possível atingir convicção considerável nesse tipo de assunto; e mesmo que por acaso se dedique novamente a temas como esse, estará certo de que a filosofia é uma companheira melhor do que a religião, já que, entre cometer erros ridículos ou erros perigosos, é melhor ficar com os primeiros. O raciocínio do verdadeiro filósofo, ao fim e ao cabo, é redutível a certas propensões que também são compartilhadas pelo homem comum, ou seja, é guiado por princípios que são incontestavelmente irresistíveis. Mas, apesar do ponto de partida ser o mesmo, o verdadeiro filósofo chega a ultrapassar a opinião do vulgo, pois trata de não confundir todas as suas propensões como sendo inevitáveis e diferencia o que merece assentimento daquilo que é mero devaneio da fantasia. Esse pensador, então, se caracteriza por participar ativamente da vida

social, já que é ela que fornece os objetos das suas reflexões: ele já entendeu que a filosofia é uma atividade humana e que não faz sentido se enclausurar num gabinete de estudos tentando desvendar um mundo do qual sequer participa.

E, nesse mundo, não é todo mundo que precisa se tornar um filósofo. Mas é imprescindível que aqueles que já são (falsos) filósofos, conheçam a mistura terrena e grosseira capaz de tirá-los uma vez do seu gabinete isolado para checar com os próprios olhos se o céu ainda é azul. A intenção de Hume é mostrar para os seus pares que este modelo de pensar e viver, que considera a razão uma centelha divina, fatalmente resultará em melancolia e equívocos acadêmicos. A porção que ele propõe, ao menos, é capaz de fornecer resultados satisfatórios, mesmo que não inequivocamente verdadeiros, e isso devolve a dignidade que a filosofia poderia perder.

Com as *Investigações*, Hume modifica de forma bastante considerável o seu estilo de escrita e informa, já na *Nota Introdutória*, que pode ser que muitas pessoas, inclusive eruditos, não tenham compreendido a sua filosofia de maneira adequada por conta da forma como seus raciocínios estavam expressos no *Tratado*. Assim, ele sugere que, a partir de então, somente deve ser levado em conta o seu trabalho das *Investigações*.

Essa mudança na forma de escrita tem muito a ver com a diferenciação que ele expõe, já na *Seção 1*, entre duas espécies de filosofia e a forma como estas impactam na sociedade. Por conta disso, é possível entender que aquele Hume que, no final do Livro 1 do *Tratado*, estava preocupado somente com a forma que os falsos filósofos conduziam a sua vida intelectual e sua produção, começa a vislumbrar uma forma de influenciar também na formação do homem comum.

Desse modo, Hume faz menção à uma certa filosofia que nos capacita a diferenciar o vício da virtude através do sentimento que é provocado por uma escrita eloquente e poética, de modo a tornar o assunto simples e acessível. Essa forma de tratar os assuntos filosóficos, inclusive, é “mais adequada para agradar a imaginação e cativar os afetos.” (HUME, 2004, p.19). Outro tipo de filosofia é aquela que se dedica com afinco a descobrir as qualidades originais das coisas, e vai do particular até o universal em busca de satisfazer plenamente a curiosidade humana. Aqui, o interesse maior é conquistar a aprovação dos sábios, de tal sorte que não se leva tanto em conta a avaliação dos leitores comuns, já que especulações tão abstratas não estão ao alcance da sua compreensão.

Não sem razão, o fato é que a humanidade valoriza muito mais a filosofia simples do que a filosofia abstrusa. A primeira é considerada até mesmo vital para a sociedade na medida em que molda os corações e afetos do povo tendo em vista a perfeição. A filosofia abstrusa, em

completa oposição, dificilmente é capaz de gerar algum impacto no comportamento do povo, o que significa que, na prática, ela só vive dentro dos gabinetes de estudo dos pensadores; pensadores esses que, inclusive, não são bem avaliados pela sociedade, pois as pessoas entendem que eles não contribuem com nada para o seu aperfeiçoamento.

Os elogios que Hume tece à filosofia simples se apoiam, ainda, numa concepção de caráter que ele preconiza como o mais perfeito que um cidadão pode possuir. Para ele, a pessoa de mais destaque é aquela que apresenta “aptidão tanto para os livros quanto para a convivência social, demonstra discernimento e delicadeza por ser familiarizado com as belas letras; e, nos negócios, é íntegro por ser íntimo da filosofia moral.” (HUME, 2004, p.22). É imprescindível, para que personalidades como essas sejam mais comuns na sociedade, que a filosofia simples seja cada vez mais difundida na sociedade, de modo a propiciar o bom convívio entre as pessoas, além de ajudar na avaliação positiva da virtude e das ciências.

O nosso filósofo tem como horizonte um modelo de vida mista que envolve tanto a racionalidade quanto a sociabilidade desenvolvidas. A ciência, para ele, precisa prestar sua contribuição para a prática e vida social, sob a pena de, caso não cumpra esse desígnio, condenar o cientista à melancolia. Trata-se de uma ideia bem expressa na seguinte frase: “sê um filósofo, mas, em meio a toda tua filosofia, não deixes de ser um homem.” (HUME , 2004, p.23)

Contudo, é importante ressaltar que a filosofia simples se apoia no que há de valioso na filosofia abstrusa, a sua capacidade de fornecer exatidão nos raciocínios. A relação de complementaridade que se apresenta, assim, é semelhante a de um pintor que necessita de um anatomista para auxiliá-lo na compreensão dos detalhes daquilo que ele pretende apresentar. Então, um auxilia o outro, por conta disso, Hume entende que a junção dessas duas características propicia a formação de pessoas capazes de trilhar o melhor caminho da vida, aquele que “segue pelas avenidas da ciência e da instrução, e toda aquela que for capaz de remover algum obstáculo nesse caminho, ou descortinar novas perspectivas, deve, nessa medida, ser considerado um benfeitor da humanidade.” (HUME, 2004, p.26). É óbvio, então, que a sua ambição passa a ser compartilhar desse caminho.

O ponto é que ele não precisa reelaborar totalmente a sua epistemologia para alcançar esse objetivo. As suas deficiências principais haviam sido na forma de exposição dos argumentos e não ter considerado com a devida atenção a forma como a filosofia pode ser proveitosa também para o homem comum. Assim, se mantém a sua conclusão fundamental do *Tratado*, a saber, que as investigações científicas devem preconizar os assuntos da vida comum já que não é possível atingir convicção verdadeira nos assuntos mais remotos da metafísica, uma vez que só julgamos as questões de fato através do relação de causa e efeito, esta que é

totalmente fundamentada no hábito, um princípio instintivo da natureza humana. Nesse sentido, Hume apresenta o seu objetivo com as seguintes palavras: “

Dar-nos-emos por felizes se pudermos unir as fronteiras das diferentes espécies de filosofia, reconciliando a investigação aprofundada com a clareza, e a verdade com a inovação. E por mais felizes ainda se, ao raciocinar dessa maneira descomplicada, formos capazes de minar as fundações de uma filosofia abstrusa que parece ter servido até agora apenas como abrigo para a superstição e como anteparo para o erro e a absurdidade.” (HUME, 2004, p. 32)

Sem dúvidas, Hume cumpre o seu propósito de descomplicar a apresentação da sua filosofia. As *Investigações sobre o entendimento humano* são uma condensação bastante eficaz de tudo aquilo que já havia sido exposto no Livro I do *Tratado*. Não se trata, contudo, de um mero resumo da epistemologia humiana, mas de uma verdadeira elucidação desta teoria do conhecimento. E a coroação dessa empreitada se dá na seção final, *Da filosofia acadêmica ou cética*, na qual Hume evidencia plenamente a sua concepção de filosofia adequada e o modo como ela se relaciona com a vida comum.

O seu *ceticismo mitigado* se caracteriza por corrigir a os exageros do ceticismo pirrônico, este que é uma filosofia que não leva ninguém a lugar nenhum já que não pode convencer-nos a genuinamente duvidar de nossas crenças naturais nem por um segundo. O *ceticismo mitigado*, portanto, “é a limitação de nossas investigações aos assuntos que estejam mais bem adaptados à exígua capacidade do entendimento humano. [...] e, evitando todas as indagações remotas e elevadas, restringe-se à vida comum e aos objetos que se apresentam à prática e à experiência cotidianas.” (HUME, 2004, p. 218). Trata-se de reconhecer que a dúvida pirrônica tem tanta força que somente o nosso instinto natural é capaz de nos livrar dela e nos manter convencidos acerca da realidade do mundo exterior, por exemplo. Por conta disso, a filosofia deve ter por objeto “às reflexões da vida ordinária, sistematizadas e corrigidas.” (HUME, 2004, p.219.)

## **6. Perspectivas de futuros trabalhos**

Com o fim deste projeto de iniciação científica (PIBIC), se desenha muito nitidamente a possibilidade de seguir a trajetória acadêmica com o programa de pós-graduação. Nesse sentido, os resultados obtidos propiciam que sigamos pesquisando temas relacionados ao da iniciação científica. Notadamente, eu e o orientador já conversamos sobre a possibilidade de avaliar a leitura da obra de Hume realizada por Friedrich Heinrich Jacobi tendo em vista desvendar de que modo a influência de Hume em Kant sedimentou as bases para o idealismo alemão. Além disso, divulgaremos amplamente os resultados da pesquisa em eventos científicos do nosso departamento nos próximos meses.

## 7. Referências bibliográficas

BALIEIRO, Marcos Ribeiro. *Essa mistura terrena grosseira: filosofia e vida comum em David Hume*. Disponível em [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-30042010-113457/publico/MARCOS\\_RIBEIRO\\_BALIEIRO.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-30042010-113457/publico/MARCOS_RIBEIRO_BALIEIRO.pdf)

CAMPELO, Wendel de Holanda Pereira. *Razão e sentimento no Livro I do Tratado de David Hume*. Disponível em <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-BAHP5E>

CONTE, Jaimir. *A natureza da filosofia de Hume*. Disponível em <https://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/991>

HUME, David. *Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral*. São Paulo: Unesp, 2004.

HUME, David. *Tratado da Natureza Humana*. São Paulo: Unesp, 2009.

## 8. Outras atividades

Entre as atividades realizadas durante o ano da pesquisa, é possível destacar:

- Participação como palestrante no Colóquio de Mulheres na Filosofia da UFS.
- Participação como palestrante na Semana de Filosofia Livre da UFS;
- Participação como palestrante no Congresso Nacional Online: Filosofia, vida e morte;
- Participação como palestrante na XXII Semana de Filosofia da Linguagem do GEFILUFS
- Atualmente participo do projeto de Residência Pedagógica em Filosofia pela UFS.